

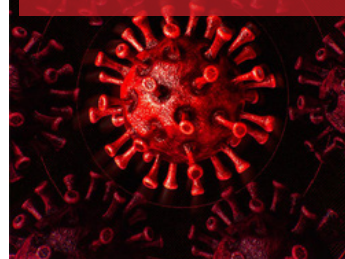
matinal

2ª Feira, 20 de Fevereiro 2023 • N.º 3866 • Propriedade: Matinal, Lda. • Editor: Humberto Mandlate

Celular: 84 8818249 | 82 5654258 | 21 085078 | email: matinal@tv cabo.co.mz

Sede: Rua José Sidumo n.º 240, 3º andar-Maputo | GABINFO-Dispensa DE-2005

Participe na luta
contra COVID-19
Contribua na salvacão
da vida colectiva!



BREVES ★ BREVES

Para garantir a limpeza e permitir uma maior gestão de resíduos sólidos, a Vulcan ofereceu recentemente 136 tambores para depósito de lixo ao Conselho Municipal da Cidade de Moatize. Esta é uma iniciativa que vai beneficiar a comunidade local, no âmbito de um projecto denominado "Vulcan Reutilizar" que tem como objectivo reaproveitar diverso material utilizado na mina, conforme explicou Gabriela Dava, analista de Desenvolvimento Social. "Queremos contribuir na missão de cuidar não só das nossas comunidades, mas também do meio-ambiente. Vamos continuar a trabalhar sempre em parceria com o Conselho Municipal", salientou Dava. Por sua vez, o Presidente do Conselho Autárquico de Moatize, Carlos Portimão, agradeceu à Vulcan pelo apoio prestado, tendo apelado àquela mineradora para continuar a apoiar naquela luta. "Reconhecemos que a empresa ajuda a nossa cidade a crescer", afirmou Portimão. Para além da oferta de tambores, a Vulcan tem organizado jornadas regulares de limpeza para a recolha de resíduos sólidos na cidade de Moatize, com destaque para os locais de maior aglomeração de pessoas, como mercados e terminais de transportes rodoviários.

Access Bank Mozambique iniciou em 2022 o programa 'Employee Volunteering', com objectivo de incentivar os colaboradores da instituição a realizarem pelo menos uma acção de voluntariado por ano, buscando impactar positivamente as comunidades em que os mesmos estão inseridos. Entre os meses de Setembro e Dezembro do ano passado, colaboradores de 13 departamentos do Banco envolveram-se em diversas actividades, prestando apoio às comunidades nas mais variadas áreas de interesse, nomeadamente artes, educação, ambiente, saúde, desporto, bem-estar social e empoderamento, todas alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. No arranque do programa participaram os departamentos Financeiro, de Auditoria, Operações e Informática, Compliance, Serviços gerais e expansão da rede, Gestão de projectos, Commercial Banking, Banca Corporativa, Risco, Comunicação Corporativa e Customer Experience, Retail, Tesouraria e Balcão MBT. Cada um dos departamentos envolvidos foi responsável por implementar um projecto distinto, tendo os apoios sido direccionados a instituições de caridade, orfanatos, agricultores, associações beneficentes, entre outros. Casa do Gaiato, Centro Arco Iris da Machava, Cooperativa Luana Semeia Sorrisos, Orfanato Missão, HIXIKANWE ASSOCIATION, Obra Dom Orione, Associação MAKOBO, Ministério Arco Iris, Orfanato da Matola, Centro de Acolhimento de Jovens e Adolescentes com Deficiência de Tsalala e a comunidade do distrito de Manjacaze, na província de Gaza, foram alguns dos beneficiários visados. Através da doação de alimentos, vestuário, artigos de higiene, fraldas descartáveis e material informático, a iniciativa permitiu aliviar as dificuldades enfrentadas pelos beneficiários. Também contemplou sessões de treinamento visando o desenvolvimento de negócios de mães com filhos portadores de deficiência, na Cooperativa 'Luana Semeia Sorrisos'.

NA 36ª CIMEIRA ORDINÁRIA UNIÃO AFRICANA

Participantes reiteraram uma "tolerância zero" para mudanças de poder anticonstitucionais

- Azali Assoumani, Presidente das Comores, é o novo timoneiro da UA

Este Domingo (19), segundo e último dia da 36ª Conferência Ordinária União Africana (UA) em Addis Abeba, na Etiópia, os Chefes de Estado e de Governo participantes no evento reiteraram a sua posição de "tolerância zero" para mudanças de poder antidemocráticas, ao mesmo tempo defendendo a promoção do acordo de livre comércio em todo o continente.

■ [Página 2](#)

CABO DELGADO

Verónica enaltece contribuição dos parceiros na áreas de reconstrução e desenvolvimento

Falando em Nova Iorque para a agência de notícias das Nações Unidas, UN News, a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, enalteceu os esforços dos parceiros de Moçambique no apoio às áreas de reconstrução e desenvolvimento em Cabo Delgado.

■ [Página 3](#)

EM MOÇAMBIQUE

Combate ao terrorismo é um exemplo do sucesso das soluções africanas para problemas de África

- Disse Filipe Nyusi numa conferência em Addis Abeba

A luta contra o terrorismo em Cabo Delgado é um exemplo do sucesso das soluções africanas para problemas africanos, disse na passada sexta-feira (17) o Presidente moçambicano Filipe Nyusi durante uma conferência em Addis Abeba, que teve como tema 'Silenciar as Armas em África até 2030: Lições de Moçambique'.

■ [Página 4](#)

INICIATIVA MUNDIAL DE ERRADICAÇÃO DA POLIOMIELITE

Delegação de alto nível visita Moçambique onde também apoiará no combate à cólera

■ [Página 4](#)

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E TERRORISMO

Tribunal Supremo utiliza dualidade de critérios exigindo rapidez no julgamento dos processos

O Tribunal Supremo (TS) exige celeridade aos tribunais de primeira e segunda instância na tramitação, julgamento dos processos de branqueamento de capitais e terrorismo, recusando-se a dar igual tratamento aos casos de corrupção.

■ [Página 5](#)

NA 36ª CIMEIRA ORDINÁRIA UNIÃO AFRICANA

Participantes reiteraram uma “tolerância zero” para mudanças de poder anticonstitucionais

- *Azali Assoumani, Presidente das Comores, é o novo timoneiro da UA*

Este Domingo (19), segundo e último dia da 36ª Conferência Ordinária União Africana (UA) em Addis Abeba, na Etiópia, os Chefes de Estado e de Governo participantes no evento reiteraram a sua posição de “tolerância zero” para mudanças de poder antidemocráticas, ao mesmo tempo defendendo a promoção do acordo de livre comércio em todo o continente.



Um os principais objectivos desta 36ª Cimeira Ordinária da UA, na qual participaram os líderes de 55 nações daquele bloco continental, era debater os vários desafios que África enfrenta, incluindo golpes de estado, conflitos e mudanças climáticas. No encontro foi anunciado que Burkina Faso, Guiné-Conacri, Mali e Sudão ontinuariam suspensos da UA em virtude de serem dirigidos por líderes militares que ascenderam ao poder através de golpes do estado. “A Assembleia reafirmou a sua tolerância zero contra mudanças de governo inconstitucionais”, afirmou Bankole Adeoye, comissário da União Africana para Assuntos Políticos, Paz e Segurança. Sublinhou que a Comissão da União Africana está preparada para prestar assistência aos quatro países membros daquela organização continental, no sentido de retornarem à ordem constitucional. “A ideia

é de que a democracia deve criar raízes, ser promovida e protegida”, declarou Adeoye numa conferência de imprensa.

UA contra meios antidemocráticos

Discursando no final da Cimeira, o novo timoneiro da UA e Presidente das Comores, Azali Assoumani, disse que os líderes daquele bloco continental africano tinham concordado acelerar a implementação de um ainda vacilante Acordo de Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA). Trata-se do maior Acordo no mundo em termos do universo da população que abrange, juntando 54 dos 55 países de um continente com 1.4 mil milhões de habitantes, só estando de fora a Eritreia. Assoumani comprometeu-se a não deixar uma única pedra por remover, para garantir que tal objectivo se torne realidade.

Impulsionar trocas comerciais

Actualmente, apenas cerca de 15% das nações africanas fazem entre si trocas comerciais dos respectivos bens e serviços. A AfCFTA pretende impulsionar em 60% aquela percentagem até 2034, através da eliminação de quase todas as tarifas. Aquela meta não chegou a ser cumprida devido a vários obstáculos, incluindo desentendimentos em torno da redução de tarifas e encerramento das fronteiras por causa da Covid-19.

De acordo com Moussa Faki Mahamat, que chefia a Comissão da UA, o AfCFTA foi “estratégico” para África. No entanto, Mahamat alertou para a ainda ausência de uma infra-estrutura para permitir o sucesso do AfCFTA, realçando que 600 milhões de africanos ainda não têm acesso à electricidade.

Continua na pag. 3 →→

CABO DELGADO

Verónica enaltece contribuição dos parceiros na áreas de reconstrução e desenvolvimento

Falando em Nova Iorque para a agência de notícias das Nações Unidas, UN News, a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, enalteceu os esforços dos parceiros de Moçambique no apoio às áreas de reconstrução e desenvolvimento em Cabo Delgado.

Além da luta contra os terroristas, Macamo falou das “acções de mitigação” dos efeitos do conflito armado na província de Cabo Delgado.

De acordo com Verónica Macamo, as populações deslocadas quando regressam às suas zonas de origem em Cabo Delgado têm de encontrar condições para poderem prosseguir com as suas vidas. Segundo a chefe da diplomacia moçambicana, para além dos assassinatos os terroristas destroem hospitais, escolas e quase tudo. Referiu-se à necessidade da criação de condições para que os deslocados regressem às suas zonas de origem, destacando o facto de na província de Cabo Delgado estar em curso um programa de reconstrução.

Ainda nas declarações que prestou à UN News, Macamo disse que as agências das Nações Unidas têm estado a trabalhar em algumas regiões de Cabo Delgado na prestação de assistência às pessoas que fogem do conflito iniciado em finais de Outubro do ano 2017, o qual já afectou aproximadamente 1.4 milhões de moçambicanos que agora precisam da ajuda. Adiantou que inicialmente foi dada prioridade aos sectores mais sensíveis, concreta-



mente escolas e água, bem como da electricidade e de outras condições para que as pessoas possam reconstruir as suas vidas. “Estamos a falar das pessoas há muito tempo impedidas de estar nos seus lugares habituais de residência, que precisam de assistência para poderem dar continuidade às suas vidas avante”, disse.

Bases terroristas desactivadas

Verónica Macamo salientou o facto de na área rica em recursos naturais os ataques terroristas ocorrerem de forma esporádica e com menor intensidade. Afirmou que os insurgentes actuam em pequenos grupos, tendo como alvo a população

indefesa. Enfatizou a desactivação das bases dos terroristas pelas FDS, com apoio das tropas do Ruanda e da Missão Militar da África Austral em Moçambique (SAMIM). Acrescentou que há sensivelmente um ano e meio o Banco Mundial aprovou uma linha de crédito no valor de USD 150 milhões para apoio ao Projecto de Resiliência Rural no nosso País, em paralelo com assistência visando resolver o problema da crise.

Empregos para evitar radicalização

No que respeita ao desenvolvimento, a ministra moçambicana dos Negócios Estrangeiros e Cooperação destacou a importância da criação de empregos para evitar a radicalização provocada pelo desemprego e pobreza. Fez referência à criação da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), abrangendo as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. “Essas acções devem continuar”, salientou, acrescentando que Cabo Delgado precisa de um esforço suplementar em relação a outras províncias. “Mas temos de olhar para a área de desenvolvimento”, declarou.

(UN News PT)

36ª Cimeira Ordinária União Africana

Continuado da pag.2 ➔➔

Sistema financeiro disfuncional

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou

neste Domingo que entre muitos outros desafios África debate-se com um disfuncional e injusto sistema financeiro global que não permite a muitos países ter acesso ao alívio da

dívida e financiamento concessional de que necessitam. Além disso, esses mesmos países estão sujeitos a taxas de juro “exorbitantes”.

(AFP)

EM MOÇAMBIQUE

Combate ao terrorismo é um exemplo do sucesso das soluções africanas para problemas de África

- Disse Filipe Nyusi numa conferência em Addis Abeba

A luta contra o terrorismo em Cabo Delgado é um exemplo do sucesso das soluções africanas para problemas africanos, disse na passada sexta-feira (17) o Presidente moçambicano Filipe Nyusi durante uma conferência em Addis Abeba, que teve como tema 'Silenciar as Armas em África até 2030: Lições de Moçambique'.

Ainda no referido evento, organizado pelo Instituto Real dos Assuntos Internacionais do Reino Unido (Chatham House), no âmbito da 36ª Conferência Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da União Africana que decorreu na capital etíope no Sábado e Domingo últimos, Nyusi sublinhou que no combate ao terrorismo em Moçambique o princípio de soluções africanas para problemas africanos pode ser comprovado na província de Cabo Delgado. Acrescentou que na luta contra grupos terroristas que operam em Cabo Delgado, o trabalho conjunto das Forças de Defesa e Segurança

(FDS) moçambicanas, do Ruanda e dos países da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) é uma clara demonstração de que a cooperação entre nações africanas pode produzir resultados satisfatórios.

Forças firmes na luta contra terrorismo

De acordo com Filipe Nyusi, as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique, do Ruanda e da SADC estão firmes na luta vitoriosa contra o terrorismo, contribuindo assim na restauração gradual da paz aos habitantes dos distritos anteriormente ocupados pelos terroristas.

INICIATIVA MUNDIAL DE ERRADICAÇÃO DA POLIOMIELITE

Delegação de alto nível visita Moçambique onde também apoiará no combate à cólera

Uma delegação de alto nível da Iniciativa Mundial de Erradicação da Poliomielite (GPEI) está desde este Domingo (19) de visita a Moçambique, até próxima quarta-feira (22), no âmbito dos esforços conjuntos para apoiar a resposta do nosso País à poliomielite e ao surto da cólera.

A referida delegação, liderada por Chris Elias, presidente do Conselho de Supervisão da Poliomielite e presidente da Fundação Mundial Bill e Melinda Gates, integra também a Directora Regional da OMS, Matshidiso Rebecca Moeti, o Director Regional da África Oriental e Austral do UNICEF, Mohamed Fall, assim como o Presidente do Rotary Pólio Plus, Michael K. McGovern.

Em Moçambique, a delegação da Iniciativa Mundial de Erradicação da

Poliomielite vai, entre outras acções, manter encontros com as autoridades governamentais.

Está prevista uma viagem da delegação em causa à província de Tete, onde no mês de Maio de 2022 foi notificado um caso de poliovírus selvagem do tipo-1, sendo também a mais assolada por casos de cólera, surto iniciado em Setembro do ano passado. Com apoio do UNICEF, OMS e outros parceiros da GPEI, o Ministério da Saúde (MISAU) está a implementar uma campanha de vacinação multi-rondas contra a poliomielite. Seis rondas de vacinação já foram concluídas em 2022, cobrindo todas as províncias moçambicanas e alcançado mais de 13 milhões de crianças.

As províncias que estão sendo assoladas pelo surto de cólera são

as de Gaza, Sofala, Tete, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado.

Desde a eclosão do primeiro caso em Setembro de 2022 foram notificados até ao momento pouco mais de 4.300 casos que resultaram num número de óbitos acima de 30 (taxa de letalidade geral de 0,7%).

Apresentação do cenário da poliomielite e cólera

A visita da delegação vai culminar com uma conferência de imprensa conjunta (MISAU e OMS) a ter lugar no dia 22 deste Fevereiro em Maputo. No evento será apresentado o cenário da poliomielite e cólera em Moçambique. Será igualmente anunciada a resposta do sector da Saúde e parceiros da Global Polio Eradication Initiative (GPEI) face àquela mortífera doença.

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E TERRORISMO

Tribunal Supremo utiliza dualidade de critérios exigindo rapidez no julgamento dos processos

O Tribunal Supremo (TS) exige celeridade aos tribunais de primeira e segunda instância na tramitação, julgamento dos processos de branqueamento de capitais e terrorismo, recusando-se a dar igual tratamento aos casos de corrupção.

De acordo com uma análise contida na segunda edição do Centro de Integridade Pública (CIP) desta segunda-feira (20), tal posicionamento do TS surgiu na senda da criação, pelo Governo, de um grupo (comité) co-liderado pela União Europeia e pelo Banco Mundial, visando retirar Moçambique da “lista cinzenta” do Grupo de Acção Financeira (GAFI)². Adianta o CIP que em 2018 a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou que os processos de corrupção fossem julgados com celeridade através da criação de tribunais especializados.

O CIP diz ainda que Adelino Muchanga, presidente do TS, rejeitou a sugestão afirmando que todos os juizes devem ser céleres no julgamento dos casos, e que não havia qualquer processo mais importante que o outro. “Defendemos que a atenção não pode ser dada somente aos casos relacionados com a corrupção mas sim de toda a natureza, sobretudo os com réus presos”, terá dito Muchanga. A pretensão da PGR foi recusada de forma liminar, e em 2020 aquela instituição voltou a solicitar ao TS celeridade no julgamento de processos de terrorismo, igualmente através da criação de tribunais especializados.

Na altura não houve qualquer resposta por parte do TS. Como se pode depreender, a posição do TS foi sempre no sentido de não atender a solicitação da PGR para que fosse imprimida celeridade no julgamento de processos referentes aos crimes de corrupção, mesmo com argumento da PGR que alegava o

volume, a gravidade e complexidade daqueles tipos legais de crimes. De acordo com o Centro de Integridade Pública, a PGR defende que os crimes de corrupção não devem ser misturados com outros por causarem danos à economia. Como resposta, o presidente do TS argumentou que “não somos a favor de reformas esporádicas. As reformas de Direito e da Justiça devem ser sistemáticas”, contrariando dessa forma a ideia da Procuradora-Geral da República.

Fazendo uma análise comparativa, em termos de volume processual de casos de corrupção relativamente aos de branqueamento de capitais e terrorismo, constata-se que o número de casos da corrupção em 2019 foi de 608, contra 45 de branqueamento de capitais. Não há registo sobre o número de casos de terrorismo. Em 2020 houve 759 casos de corrupção, contra 45 de branqueamentos de capitais e 13 casos de terrorismo. Em 2021 registaram-se 936 casos de corrupção, contra 36 de branqueamento de capitais e 354 de terrorismo.

Em termos de volume, ainda segundo o CIP, “os processos de corrupção, comparativamente aos de branqueamento de capitais e terrorismo, apresentam-se estatisticamente em maior número, o que de facto já merecia a tomada de medidas visando o seu julgamento célere e, conseqüentemente, o descongestionamento dos tribunais”. O CIP também faz alusão ao facto de os argumentos apresentados pela PGR para justificar a sua posição terem sido ignorados pelo TS. “A integra-

ção de Moçambique na ‘lista cinzenta’ do GAFI fez o TS mudar a sua posição quase que de forma imediata, mostrando que é possível num curto espaço de tempo instruir os tribunais a darem primazia ao julgamento de determinados tipos legais de crime quando isso se mostra conveniente, como é o caso”, acrescentou.

Também diz haver indícios suficientes de que o TS foi pressionado pelo Governo para colaborar com vista a tirar Moçambique da ‘lista cinzenta’ do GAFI⁷. Adianta que em Outubro de 2022 o nosso País foi integrado na ‘lista cinzenta’ do GAFI⁷ como um sendo altamente propenso a actos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, o que obrigou o Executivo a criar um grupo/comité co-liderado pela União Europeia e pelo Banco Mundial, visando imprimir celeridade para a saída do país da referida lista⁸. “É que estando na lista cinzenta, o País corre sérios riscos de ser sancionado com medidas, como restrições nas transações internacionais, ou pode ser retirado da VISA”, sublinha o CIP.

Uma das recomendações feitas aos Estados pelo GAFI é de “conferir poderes às autoridades de investigação e aplicação da lei”, para investigarem e sancionarem crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. O CIP salienta que as estatísticas em Moçambique nunca se referiram a casos de branqueamento de capitais que tenham sido julgados.

Continua na pag. 6 →→

Millennium bim presta apoio à exposição fotográfica ‘Americanos’ de José Cabral

As fotografias expostas na referida mostra foram captadas em terras americanas no ano 1966, durante três meses, ao abrigo de uma bolsa da organização de artes sem fins lucrativos ‘Mid-American Art Alliance’.

A exposição em causa, de que Millennium bim é mecenas, foi inaugurada no dia 13 de Fevereiro, no Centro Cultural Português Camões, em Maputo, e estará aberta ao público até 1 de Abril. O roteiro das fotografias inclui passagens pelas cidades de Nova Iorque, Washington, Chicago, Nova Orleans, San Diego (Califórnia), El Paso (Texas), Santa Fé, Las Cruces e White Sands (Novo México).

José Cabral nasceu na cidade de Lourenço Marques – actual Maputo – em 1952. É fotógrafo profissional desde 1975, tendo sido professor no centro de formação fotográfica entre 1986 e 1990. As suas obras ganharam

notoriedade nas duas primeiras décadas do século XXI.

O PCE do Millennium bim, José Reino da Costa, disse que “o Millennium bim tem desempenhado um papel activo na promoção da cultura nacional, valorizando aquilo que melhor se faz em Moçambique. Neste sentido, não podíamos deixar de apoiar esta exposição do artista nacional Luís Cabral. A cultura representa todas as formas de expressão de um povo, reflecte os seus costumes, normas, crenças, tradições e valores”.

Pilar fundamental do Millennium bim

O apoio à cultura é um dos pilares fundamentais da actualização do Millennium bim no que respeita às suas iniciativas de responsabilidade social. Com este apoio, aquele maior Banco comercial em Moçambique reforça uma vez mais o seu compromisso como promotor da cultura e artes moçambicanas.

Tribunal Supremo utiliza dualidade de critérios

←← Continuado da pag. 5

Pressão do Governo sobre o TS

Para se cumprir com a recomendação do GAFI, e de forma quase que abrupta, o TS, após o anúncio da criação do referido comité, “está a instruir os tribunais de primeira e segunda instância a imprimirem maior flexibilidade e rapidez no julgamento de processos de branqueamento de capitais e de terrorismo. Significa isso que o TS, de forma directa ou indirecta, foi pressionado pelo Governo a colaborar para a saída do País da ‘lista cinzenta’ do GAFI, tendo em conta as graves consequências que daí poderão advir. “No entanto, é preciso referir que existem graves consequências para Moçambique se a corrupção continuar a não ser combatida, designadamente através da realização célere de julgamentos dos respectivos processos”, refere o CIP, acrescentando, a este propósito, que um relatório produzido pelo Governo com assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI)

destaca que “os níveis actuais da dívida pública fizeram-nos reexaminar a fundo o nosso quadro de governação e anti-corrupção, e motivaram uma série de reformas para abordar as vulnerabilidades expostas desse mesmo quadro. De um modo geral, os males que enfermam a nossa sociedade, corrupção em particular, têm sido recentemente objecto de análises pormenorizadas, e sem dúvida revestem-se de importância macroeconómica crítica”. Um estudo estima em USD 4,9 mil milhões (aproximadamente 30% do PIB de 2014) os custos da corrupção para Moçambique no período de 2002 a 2014. “O impacto desses custos é difuso e afecta os contribuintes, fornecedores de serviços públicos, sector financeiro e privado. Afecta igualmente a reputação internacional de Moçambique”.

Posição questionável do TS

Na opinião do CIP, o TS está assumindo uma posição questionável ao não atender à solicitação da PGR para o julgamento célere de casos

de corrupção. Contudo, o mesmo órgão está a instruir os tribunais a julgarem com celeridade casos de branqueamento de capitais e terrorismo, sendo que todas estas formas de criminalidade apresentam um alto nível de gravosidade, complexidade e consequências nefastas para o País. Embora não defenda a criação de tribunais especiais para julgar casos de corrupção e terrorismo, como pretende a PGR, o CIP diz que “isso não inibe que outras soluções possam ser encontradas para reduzir a pendência processual destes casos nos tribunais. Recomenda ao TS que também instrua os tribunais a darem prioridade ao julgamento de processos de corrupção. Adianta que no lugar de criar tribunais especializados ou de instruir os juízes a dar prioridade à tramitação e ao julgamento de processos de corrupção, devem ser criadas secções especializadas nos tribunais para julgar processos de corrupção. “Isso pode ser feito com base numa simples instrução do TS, porque não se configura como uma reforma profunda”.